



Uma luz no túnel da educação brasileira

11 ABR 1993

Márcio Cotrim

CORREIO BRAZILIENSE

Você sabia que, por lei, desde 1974 o ano letivo não tem que acompanhar o ano gregoriano, de janeiro a dezembro? Se não sabia, fique sabendo. E saiba mais ainda, que isso permite inúmeras opções criativas para nosso obscuro panorama educacional.

Como se sabe, no campo do ensino particular os escabrosos problemas vão desde mensalidades escorchantes, muito acima da inflação, até as inacreditáveis listas de material escolar a ser obrigatoriamente adquirido pelos pais. Já no ensino público, o quadro desolador está emoldurado pela péssima conservação das escolas, nenhum dinheiro para reformá-las e construir novas, aviltante salário dos professores e, vexame dos vexames, a falta de vagas para matrículas todo santo ano.

Com indignação temperada pela náusea, assistimos pela tevê ao degradante espetáculo de sempre: filas imensas, gente dormindo ao relento, mães perplexas no frio chão da madrugada, tresnoitadas, em busca de uma vaga para seus filhos na escola pública. É revoltante, indesculpável, monstruoso.

Pois bem, nesse contexto de miséria e incompetência surgiu uma tênue esperança, pelo menos quanto ao problema das vagas: o calendário rotativo instituído pelo governo gaúcho há dois anos. E o que é calendário rotativo?

Simplemente, o aproveitamento das salas de aula durante o ano inteiro, como a lei permite. Dessa forma, é possível remanejar o período letivo e ocupar as escolas 12 meses seguidos, acabando com o absurdo de deixá-las fechadas 120 dias por ano.

Como funciona a mágica? Com a criação de três anos letivos diferentes. O calendário A, digamos, inicia as aulas em março, tem dois meses de férias no inverno e se conclui em dezembro. O calendário B, por sua vez, começa em maio e vai até fevereiro do ano seguinte. Já o calendário C abrange o período de julho a abril.

Dessa forma, as escolas públicas não deixam de funcionar um dia útil sequer. Na experiência gaúcha, o número de alunos matriculados aumentou em cerca de 50 por cento nesses dois anos, resultado fantástico que solucionou o problema!

Houve reações, era esperado. A modificação alterou a rotina das férias da família e seu planejamento de viagens. Também mexeu com o magistério. Antes, os professores tinham três meses de férias por ano e agora a regalia foi reduzida, o que aguçou o corporativismo da classe. São, porém, aspectos adjetivos que não afetam a substância da proposta.

Problemas menores também foram registrados, relativos à jornada de trabalho dos funcionários administrativos das escolas e outros correlatos, mas o saldo é muito positivo. Um dado impressionante: para absorver os excedentes sem o calendário rotativo seriam necessárias duas mil novas salas de aula, a um custo aproximado de 200 milhões de dólares. Os recursos economizados permitiram novos investimentos na qualidade do ensino. Por exemplo, o governo montou 14 Centros de Informática para crianças de primeiro e segundo grau!

A vitoriosa experiência dá seus frutos e já está sendo testada em escolas do Espírito Santo, da prefeitura de São Luís e, como seria de esperar-se, do Rio de Janeiro.

Mas, se a proposta é tão óbvia e benéfica, por que não implantá-la imediatamente em todo País?

Com a palavra o ministro da Educação, Murílio Hingel. Ele reconhece, em tese, o mérito da iniciativa. Dá, aliás, um bom depoimento pessoal: quando passou pelo MEC, nos anos 80, adotou a condensação de um curso ministrado num estabelecimento perto de Manaus, reduzindo seu currículo de quatro para dois anos e meio.

Um problema, diz ele, dentre outros, é da compatibilização desses calendários rotativos com o dos vestibulares, pois, em alguns casos, a falta de coincidência pode acarretar demasiado hiato na espera. Isto, sem falar nos já mencionados problemas de adaptação das férias escolares às dos pais, reutilização dos livros didáticos entre irmãos e até a falta de tempo para a recuperação física de algumas escolas, já que elas passam a funcionar ininterruptamente.

O ministro, com sua lucidez cautelosa, aprova a idéia para circunstâncias pontuais mas não se atreve a implantá-la, de pronto, em todo o território nacional, como seria esperado pelo justo ímpeto de quem tem pressa no futuro da educação em nosso País.

Não deixa de ter razão o professor Hingel. Afinal, uma aplicação generalizada de calendários rotativos acabaria causando forte desestruturação no ensino. Embora se recomende boa dosagem e gradualismo, é inegável que a idéia abre um novo caminho.

Se temos urgência em crescer, se é importante colocar as crianças na escola, se o futuro do Brasil depende de seu enormíssimo contingente de jovens e se a rede escolar, mesmo precária, aí está para ser ocupada e não para ficar fechada quatro meses por ano, o calendário rotativo deve ser disseminado.

Anacronismos como férias legislativas, judiciárias e escolares de 120 dias anuais têm que ser sumariamente eliminados, até porque são odioso privilégio aos que — como a imensa maioria dos trabalhadores — só usufruem de 30 dias por ano.

É vício antigo, resquício da macunaímica preguiça nacional, a visão do atraso, nada a ver com o futuro que sonhamos para nossos filhos e netos, a burra e burocrática cristalização de hábitos retrógrados nestes tempos em que o avanço tecnológico não permite mais o convívio com posições cartoriais.

Abriu as escolas o dia todo, como nos Cieps e Caics, fazer entrar por suas janelas a lufada de ar puro do ensino para milhões de cabecinhas brasileiras, escancarar para elas todas as oportunidades, eis uma luz, mesmo bruxuleante, que aparece no fim do lúgubre túnel da educação brasileira.